

SUMÁRIO

NOTA DA AUTORA	7
1. CONCEITO DE CONSTITUIÇÃO	25
1.1 Conceção sociológica.....	26
1.2 Conceção política	28
1.3 Conceção jurídica.....	30
1.4 Conceção culturalista	32
2. SUPREMACIA CONSTITUCIONAL	37
2.1 A supremacia da Constituição e as entidades supranacionais	42
3. CONSTITUCIONALISMO E SUA EVOLUÇÃO	53
3.1 Neoconstitucionalismo	56
3.1.1 Normas-princípios e normas-regras	60
3.1.2 Constitucionalização do direito administrativo	62
3.1.3 Supremacia do interesse público sobre o interesse do particular e as políticas públicas	64
3.1.4 Constitucionalização do direito civil.....	70
3.1.5 Constitucionalização do direito do trabalho.....	73
3.1.6 Constitucionalização do direito penal.....	76
3.1.7 Constitucionalização do direito econômico	79
4. CLASSIFICAÇÃO DAS CONSTITUIÇÕES	81
4.1 Quanto à forma	81
4.2 Quanto ao conteúdo.....	82
4.3 Quanto à estabilidade	84

4.4	Quanto à extensão	86
4.5	Quanto à ideologia	87
4.6	Classificação ontológica	88
5.	INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL.....	91
5.1	Aplicação normativa	91
5.2	Métodos de interpretação normativa	95
5.2.1	A interpretação gramatical.....	97
5.2.2	Interpretação histórica	97
5.2.3	Interpretação sistemática	98
5.2.4	Interpretação teleológica	99
5.2.5	Interpretação quanto aos resultados	100
5.3	A interpretação da Constituição	101
5.3.1	A quem compete interpretar a Constituição	104
5.3.2	A interpretação da Constituição em sentido lato e em sentido estrito	105
5.3.3	Princípios da interpretação constitucional.....	106
5.3.3.1	Princípio da unidade e princípio do efeito integrador da Constituição	106
5.3.3.2	Princípio da máxima efetividade.....	106
5.3.3.3	Princípio da conformidade funcional.....	106
5.3.3.4	Princípio da concordância prática	107
5.3.3.5	Princípio da força normativa da Constituição	107
5.3.4	Métodos de interpretação constitucional	107
5.3.4.1	Método jurídico ou hermenêutico-clássico	108
5.3.4.2	Método tópico-problemático	108
5.3.4.3	Método concretista ou hermenêutico concretizador.....	109
5.3.4.4	Método científico-espiritual – valorativo sociológico.....	110
5.3.4.5	Método jurídico normativo estruturante	110
5.4	Mutação constitucional e interpretação constitucional evolutiva	111
6.	AS NORMAS CONSTITUCIONAIS E A SUA APLICABILIDADE.....	115
6.1	Aplicabilidade das normas constitucionais.....	115
6.2	Classificações das normas constitucionais quanto à sua aplicabilidade	119
6.3	Mínimo de eficácia das normas constitucionais.....	137
6.3.1	A graduação do mínimo eficaz das normas constitucionais.....	149
7.	SISTEMA CONSTITUCIONAL.....	157
7.1	Conceito de sistema	157

7.2	A Constituição como um sistema de normas	158
8.	PODER CONSTITUINTE E PODER REFORMADOR.....	161
8.1	Conceito	161
8.1.1	Titularidade.....	162
8.1.2	Natureza do Poder Constituinte	163
8.1.3	Características e formas de expressão.....	164
8.2	Poder reformador e poder de revisão	167
8.2.1	Conceito.....	167
8.3	Modificações ou mutabilidade constitucional.....	168
8.4	Sistema constitucional brasileiro	170
8.4.1	Limites	170
8.4.2	Art. 3.º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1988	172
8.4.3	Inconstitucionalidade de normas constitucionais	174
9.	ORGANIZAÇÃO DO ESTADO	179
9.1	O Estado – conceito	179
9.1.1	Exercício do poder no Estado Democrático de Direito	182
9.1.2	Instrumentos da democracia semidireta participativa no Município	189
9.1.3	A audiência pública como forma de participação democrática	190
9.1.3.1	Audiências públicas.....	194
9.1.3.2	Finalidade.....	196
9.1.3.3	Realização.....	197
9.1.3.4	Convocação da audiência pública	199
9.1.3.5	Eficácia do resultado de sua realização.....	200
9.2	O Estado federal e estado unitário	203
9.2.1	O Estado moderno.....	203
9.2.2	O Estado federal	204
9.2.3	Princípios essenciais da Federação.....	206
9.2.4	A Federação brasileira.....	208
9.2.4.1	Princípios e objetivos da Federação brasileira	208
9.2.4.1.1	Princípios da Federação brasileira	208
9.2.4.1.2	Objetivos da República Federativa do Brasil	210
9.2.4.2	Características de Federação brasileira.....	210
9.2.5	Repartição de competências no Estado Federal Brasileiro	213
9.2.6	A União	216
9.2.7	Estados-membros	217

9.2.8	Os Municípios	220
9.2.8.1	Autonomia política	222
9.2.8.2	Autonomia administrativa.....	225
9.2.8.3	Autonomia financeira	225
9.2.8.4	Regiões metropolitanas	226
9.2.8.5	Distrito Municipal: divisão territorial do Município	227
9.2.8.6	Criação e extinção de Municípios	229
9.2.8.6.1	Requisitos para criação, incorporação e desmembramento de Municípios.....	230
9.2.9	Distrito Federal.....	235
9.2.10	Territórios.....	236
9.2.11	Intervenção.....	236
9.2.11.1	Natureza e características.....	237
9.2.11.2	Procedimento da intervenção da União nos Estados.....	238
9.2.11.3	A intervenção do Estado nos Municípios	240
9.2.12	Administração Pública	240
9.2.12.1	Conceito.....	240
9.2.12.2	Princípios constitucionais da Administração Pública.....	242
9.2.12.2.1	Princípio da legalidade.....	242
9.2.12.2.2	Princípio da impessoalidade.....	243
9.2.12.2.3	Princípio da moralidade.....	244
9.2.12.2.4	Princípio da publicidade.....	245
9.2.12.2.5	Princípio da eficiência.....	246
9.2.12.3	Agentes públicos	248
9.2.12.3.1	Cargo, emprego e função pública	248
9.2.12.3.2	Concurso público	251
9.2.12.3.3	Regime de contratação temporária	252
9.2.12.4	Conceito de servidor público.....	259
9.2.12.4.1	Abrangência das normas constitucionais sobre servidores públicos.....	259
9.2.12.4.2	Profissionalização do servidor público	260
9.2.12.4.3	Escolas de governo	265
9.2.12.4.4	Princípio da eficiência e o servidor público	268
9.2.12.4.5	Direito de greve do servidor público	270
9.2.12.5	Licitação	283
9.2.12.6	Responsabilidade do Estado	288

10.	ORGANIZAÇÃO DOS PODERES NO ESTADO BRASILEIRO.....	305
-----	---	-----

10.1	Poder Legislativo	307
------	-------------------------	-----

10.1.1	Estrutura e funcionamento do Poder Legislativo brasileiro, na esfera da União	308
10.1.2	Comissões	311
10.1.2.1	Comissões parlamentares de inquérito	312
10.1.3	Imunidades e vedações parlamentares	314
10.1.4	Processo legislativo	316
10.1.4.1	Processo legislativo das leis ordinárias	317
10.1.5	Emendas à Constituição	321
10.1.6	Lei complementar	323
10.1.7	Lei delegada	324
10.1.8	Decreto legislativo e Resoluções.....	325
10.2	Fiscalização contábil, financeira e orçamentária	326
10.2.1	Controle da Administração Pública	328
10.2.1.1	Controle interno da Administração Pública	329
10.2.1.2	Recurso administrativo	333
10.2.1.3	Prescrição administrativa.....	333
10.2.1.4	Reclamação e representação.....	334
10.2.2	Controle externo.....	334
10.2.2.1	Controle parlamentar da Administração Pública, com auxílio do Tribunal de Contas	334
10.2.2.2	Controle jurisdicional da Administração Pública	336
10.3	Poder Executivo.....	336
10.3.1	Função executiva – Função administrativa	336
10.3.2	Parlamentarismo e presidencialismo	338
10.3.2.1	Principais características	338
10.3.3	Presidencialismo e o Poder Executivo na Constituição Federal de 1988...	342
10.3.3.1	Eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República	342
10.3.3.2	Vacância do cargo de Presidente.....	344
10.3.3.3	<i>Impeachment</i>	345
10.3.3.3.1	Crimes de responsabilidade.....	345
10.3.3.3.2	Processo por crime de responsabilidade e por crime comum	346
10.3.3.4	Atribuições do Presidente.....	348
10.3.3.4.1	Expedição de decretos e regulamentos	348
10.3.3.4.2	Regulamentos de execução e autônomos	349
10.3.4	Conselho da República e Conselho da Defesa Nacional.....	350
10.3.5	Ministros de Estado	351
10.4	Poder Judiciário.....	353
10.4.1	Função jurisdicional.....	353

10.4.1.1	Conceito e características.....	353
10.4.2	Organização do Poder Judiciário	354
10.4.2.1	Órgãos e competências.....	354
10.4.2.1.1	Justiça comum e justiça especial	354
10.4.2.1.2	Justiça federal comum.....	354
10.4.2.1.3	Justiça comum e especial nos estados membros..	355
10.4.2.1.4	Justiça especial federal.....	356
10.4.2.1.5	O quinto constitucional.....	358
10.4.3	Garantias institucionais do Judiciário e garantias dos membros da magistratura	359
10.4.3.1	Garantia e vedações impostas aos membros da magistratura ..	360
10.4.4	Estatuto da magistratura e a reserva de lei complementar	361
10.4.5	Supremo Tribunal Federal	365
10.4.5.1	Escolha de seus membros	365
10.4.5.2	Competência originária.....	366
10.4.5.3	Competência recursal.....	367
10.4.5.3.1	Recurso ordinário	367
10.4.5.4	O Supremo Tribunal Federal e as súmulas vinculantes	364
10.4.5.4.1	Requisitos formais, revisão e cancelamento.....	367
10.4.6	Superior Tribunal de Justiça.....	367
10.4.6.1	Considerações gerais, a escolha de seus membros.....	367
10.4.6.2	Competências.....	369
10.4.6.2.1	Competência originária	369
10.4.6.2.1.1	Recurso ordinário	369
10.4.6.2.1.2	Recurso especial	370
10.4.7	Juizados Especiais - Fundamento constitucional	371
10.4.8	Do Conselho Nacional de Justiça.....	372
10.4.8.1	Composição	372
10.4.8.2	Competência e natureza dos atos do Conselho Nacional de Justiça.....	373
10.4.8.3	Considerando as competências atribuídas pela CF/88 ao CNJ, o ajuizamento de ação judicial, tem reflexos na atuação na esfera administrativa.....	375
10.5	Funções essenciais à justiça.....	379
10.5.1	Considerações gerais	379
10.5.2	Ministério Público	379
10.5.2.1	Evolução nas constituições brasileiras	380
10.5.2.2	Posição institucional e natureza de suas funções	380
10.5.2.3	Princípios constitucionais.....	380

10.5.2.4	Autonomia funcional e administrativa	381
10.5.2.5	Nomeação e destituição do Procurador-Geral da República e Nomeação e destituição do Procurador-Geral da Justiça	382
10.5.2.6	Garantias funcionais	382
10.5.2.7	O Conselho Nacional do Ministério Público	384
10.5.3	Advocacia Pública	384
10.5.4	Advocacia	385
10.5.5	Defensoria Pública.....	385
11.	DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS.	387
11.1	Equilíbrio e estabilidade na ordem constitucional	387
11.2	Estado de defesa.....	389
11.2.1	Pressupostos materiais e formais para decretação	389
11.2.2	Efeitos da decretação	390
11.3	Estado de sítio	391
11.3.1	Pressupostos materiais e formais para decretação	391
11.3.2	Controles.....	392
11.3.3	Diferenças e disposições comuns ao estado de defesa e estado de sítio	393
11.4	Instituições nacionais permanentes e regulares – Atribuições.....	393
11.4.1	Composição	395
11.5	Segurança pública.....	397
11.5.1	Tratamento constitucional da segurança pública	400
11.5.2	A crise da segurança pública e as guardas municipais	402
12.	SISTEMA CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO	405
12.1	Noção de tributo	405
12.2	Modalidade de tributos.....	407
12.2.1	Impostos.....	407
12.2.2	Taxas	408
12.2.3	Contribuições	409
12.2.4	Contribuições de melhoria e outras contribuições	410
12.2.4.1	Contribuições de melhoria	410
12.2.4.2	Outras contribuições	410
12.2.5	Empréstimos compulsórios	411
12.3	Princípios constitucionais tributários	412
12.3.1	Princípio da igualdade.....	412
12.3.2	Princípio da capacidade contributiva e do não confisco	413
12.3.3	Princípio da legalidade	414

12.3.4	Princípio da anterioridade e irretroatividade	415
12.4	Competências tributárias na Constituição de 1988	416
13.	FINANÇAS PÚBLICAS E ORÇAMENTO	419
13.1	Conceito de atividade financeira do estado	419
13.2	Princípios orçamentários	421
13.3	Receita pública	422
14.	ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA.....	425
14.1	Princípios constitucionais da ordem econômica.....	426
14.2	Intervenção do Estado no domínio econômico.....	427
14.2.1	Como agente da atividade econômica	428
14.2.2	Como agente normativo.....	430
14.2.3	Incentivo e planejamento estatal.....	431
14.2.4	Concessão ou permissão para a prestação de serviços públicos.....	432
14.2.4.1	Tarifa módica e serviços de qualidade: conceitos jurídicos indeterminados?	435
14.3	Política urbana.....	441
14.3.1	Direito urbanístico e plano diretor do Município.....	444
14.3.2	Responsabilidade patrimonial do Estado e o exercício da função urbanística	446
14.3.3	Função social da propriedade urbana	450
14.3.4	Propriedade pública e sua função social.....	452
14.3.4.1	Instrumentos para obrigar a observância da função social da propriedade urbana	458
14.4	Política agrícola e fundiária e reforma agrária	465
14.4.1	Função social de propriedade rural	466
14.4.1.1	Reforma agrária	466
15.	ORDEM SOCIAL	467
15.1	Seguridade social: objetivos e financiamento.....	468
15.2	Saúde	471
15.2.1	Conceito.....	471
15.2.2	Atribuições constitucionais do Sistema Único de Saúde	472
15.3	Previdência social.....	474
15.4	Assistência social.....	476
15.5	Educação na atual Constituição	476
15.5.1	Autonomia das universidades e o Poder do Judiciário	483

15.6	Cultura	489
15.7	Ciência e tecnologia.....	490
15.8	Comunicação social.....	491
15.9	Meio ambiente	491
15.9.1	O Estado Federal Brasileiro e a sua repartição de competências	494
15.9.1.1	As competências privativas na Constituição de 1988	496
15.9.1.2	A competência privativa sobre o meio ambiente	499
15.9.1.3	A competência legislativa concorrente dos entes federativos parciais no contexto da Federação Brasileira	501
15.9.1.4	Competência concorrente e o meio ambiente.....	504
15.9.1.5	A competência comum na Federação brasileira	506
15.9.1.6	A competência comum e o meio ambiente.....	508
15.10	Da família, da criança, do adolescente, do jovem e do idoso	510
15.10.1	Da família.....	510
15.10.2	Da criança, do adolescente, do jovem e do idoso.....	512
15.11	Índio.....	513
16.	DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS	527
16.1	Direitos fundamentais	528
16.2	Evolução histórica	530
16.2.1	Dimensões dos direitos fundamentais.....	533
16.2.2	Titularidade dos direitos fundamentais na Constituição Federal Brasileira de 1988	535
16.2.3	Direitos e garantias.....	537
16.2.4	Relatividade dos direitos fundamentais e seus limites.....	538
16.2.5	Colisão de direitos fundamentais	541
16.2.5.1	Tipos de colisão	542
16.2.5.2	Solução de conflitos	545
16.3	Aplicabilidade imediata dos direitos fundamentais na Constituição Federal	545
16.4	Os tratados internacionais e os direitos fundamentais	548
16.4.1	Aplicabilidade imediata dos direitos e garantias decorrentes dos tratados firmados pela República Federativa do Brasil.....	552
16.4.2	O controle da constitucionalidade dos tratados e a ordem jurídica brasileira	555
16.4.3	A eficácia dos direitos fundamentais nas relações entre particulares	556
16.4.4	Principais teorias que analisam a eficácia dos direitos fundamentais na esfera privada	559
16.4.4.1	Eficácia indireta ou mediata dos direitos fundamentais nas relações privadas	560

16.4.4.2	Eficácia direta e imediata dos direitos fundamentais na vida privada	561
16.5	Direito à vida	563
16.5.1	Aborto	567
16.5.2	Eutanásia e suicídio	567
16.5.3	Pena de morte	567
16.5.4	Clonagem e Fertilização <i>in vitro</i>	568
16.6	Direito à vida digna – dignidade da pessoa humana	569
16.7	Direito à igualdade	572
16.7.1	Ações afirmativas: surgimento e efetivação	572
16.7.2	Igualdade substancial, material e formal	574
16.7.3	CrITÉrio discriminatório	575
16.7.4	Ações afirmativas: surgimento e efetivação	578
16.8	Princípio da legalidade	581
16.8.1	O princípio da legalidade e da reserva de lei	583
16.9	Liberdades públicas	585
16.9.1	Liberdade de expressão e informação	587
16.9.2	Direito de resposta	591
16.9.3	Sigilo da fonte e profissional	592
16.9.4	Limites à liberdade de expressão e informação	594
16.9.5	Liberdade de reunião e associação	596
16.9.5.1	Liberdade de reunião	596
16.9.6	Liberdade de associação	599
16.9.6.1	Conceito e conteúdo	599
16.9.6.2	O direito à liberdade de associação em face do Estado e dos particulares	601
16.10	Liberdade de locomoção	603
16.10.1	Exceções e limites à liberdade de locomoção	605
16.10.1.1	Limites	605
16.10.2	Liberdade de locomoção e o direito dos presos	606
16.10.2.1	Exceções	607
16.10.2.1.1	Prisão civil por dívida	607
16.10.2.2	Liberdade provisória	608
16.11	Direito à privacidade, à intimidade e à vida privada	608
16.11.1	Inviolabilidade de domicílio	611
16.11.2	Sigilo da correspondência, das comunicações telegráficas, de dados e telefônicas	613
16.11.3	Sigilo das comunicações telefônicas	619

16.11.4	Sigilo bancário e fiscal	620
16.12	Direito à honra e à imagem	623
16.12.1	Direito à honra	623
16.12.2	Direito à imagem	624
16.12.3	Indenização por dano material e moral	626
16.12.4	Dano estético e à imagem	627
16.13	Direito de propriedade.....	627
16.13.1	Conceito.....	627
16.13.2	Limitações e restrições ao direito de propriedade	629
16.13.3	Servidões	630
16.13.4	Desapropriação.....	632
16.13.5	Usucapião.....	633
16.13.6	Direito de propriedade sobre valores de caráter patrimonial.....	634
16.13.6.1	Direito de propriedade autoral	635
16.13.6.2	Direito de herança e do bem de família	636
16.14	Direito de acesso à justiça	637
16.14.1	Duração razoável do processo e celeridade em sua tramitação	639
16.15	Direito de ação	642
16.15.1	Direito ao contraditório e a ampla defesa	645
16.15.2	Da inadmissibilidade da prova ilícita e a garantia da presunção de inocência.....	646
16.16	Direito ao devido processo legal	647
16.16.1	Aspecto material e formal	647
16.16.2	Âmbito de incidência	649
16.17	Princípio da motivação das decisões judiciais	650
16.17.1	Publicidade dos atos processuais	651
16.18	Instituição do júri	652
16.18.1	Proibição de tribunais de exceção e o direito ao juiz natural	653
16.18.2	O juiz natural e a prerrogativas de foro	654
16.18.3	Justiça militar.....	655
16.18.4	Duplo grau de jurisdição	656
16.18.5	Diferença entre direito recursal e o duplo grau de jurisdição	656
16.19	Princípio da razoabilidade e proporcionalidade.....	657
16.19.1	Fundamentos e conteúdo	657
16.19.2	Campo de aplicação	661
16.19.3	A adequação dos meios utilizados - Proporcionalidade em sentido estrito....	662
16.19.4	Princípio constitucional não escrito para a interpretação e aplicação do direito.....	663

16.20	Princípio da segurança jurídica: o suceder normativo e a aplicabilidade da lei no tempo	664
16.20.1	Princípio da segurança jurídica - Conteúdo.....	664
16.20.2	Conflito de leis no tempo	668
16.20.3	Ato jurídico perfeito.....	670
16.20.4	Ato jurídico perfeito inválido e inconstitucional.....	672
16.20.5	Limites aos efeitos da invalidez	674
16.20.6	Direito adquirido.....	678
16.20.7	Coisa julgada	683
16.21	Garantias quanto à presunção de inocência.....	686
16.21.1	Conteúdo do direito a presunção de inocência	686
16.21.2	Inadmissibilidade de provas ilícitas	688
16.21.3	Princípio da legalidade e da anterioridade penal	691
16.22	Da não extradição de brasileiro e de estrangeiro por crime político ou de opinião..	693
16.22.1	Não extradição de brasileiro nato e naturalizado.....	693
16.22.2	Não extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião	694
16.22.3	Expulsão e deportação.....	696
16.22.4	Asilo político, asilo diplomático e a situação do refugiado.....	697
16.23	Princípio da legalidade.....	699
16.23.1	O princípio da legalidade e o da reserva de lei	701
16.23.2	Alguns casos particulares de aplicação do princípio da legalidade	702
16.23.2.1	Legalidade e atividade administrativa.....	702
16.23.2.2	Legalidade tributária	703
16.23.2.3	Princípio da legalidade, da anterioridade penal e a proibição de retroatividade da lei penal	704
16.24	Instrumento de tutela das liberdades – Garantias constitucionais	705
16.24.1	Considerações gerais	705
16.24.2	Direito de petição	707
16.24.3	<i>Habeas corpus</i>	708
16.24.3.1	Pressupostos e limites	709
16.24.3.2	Conformação.....	710
16.24.4	Mandado de segurança.....	711
16.24.4.1	Cabimento	712
16.24.4.2	Autoridade.....	715
16.24.4.3	Competência	717
16.24.4.4	Liminar	718
16.24.4.5	Autoridade coatora	719
16.24.4.5.1	Legitimidade passiva.....	720
16.24.4.5.1	Legitimidade ativa	722

16.24.4.6	Coisa julgada	722
16.24.5	Mandado de segurança coletivo	724
16.24.5.1	Tutelas coletivas – Direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos	724
16.24.5.2	Mandado de segurança coletivo: âmbito de proteção e legitimidade ativa	725
16.24.5.3	Mandado de segurança coletivo e a extensão da coisa julgada	727
16.24.6	Mandado de segurança e o controle incidental de inconstitucionalidade. Efeitos da decisão	728
16.24.7	Mandado de injunção	737
16.24.7.1	Natureza jurídica e objeto.....	737
16.24.7.2	Legitimidade ativa e passiva	739
16.24.7.3	Competência	742
16.24.7.4	Efeitos	742
16.24.8	<i>Habeas data</i>	745
16.24.8.1	Antecedentes	745
16.24.8.2	Finalidade.....	745
16.24.8.3	Legitimidade ativa e passiva.....	747
16.24.8.4	Competência e procedimento.....	748
16.24.9	Ação popular	750
16.24.9.1	Perfil constitucional	750
16.24.9.2	Conceito, finalidade e objeto	751
16.24.9.3	Legitimidade ativa e passiva. Competência e procedimento... ..	754
16.24.9.4	Sentença e coisa julgada.....	754
16.24.10	Ação civil pública.....	755
16.24.10.1	Perfil constitucional	755
16.24.10.2	Finalidade e objeto	756
16.24.10.3	Legitimidade ativa e passiva - Competência e procedimento... ..	757

17. DIREITOS SOCIAIS..... 761

17.1	Direito ao trabalho	761
17.2	Direito ao trabalho no direito constitucional comparado	765
17.3	O direito ao trabalho nas Constituições brasileiras	767
17.3.1	Conceito de normas programáticas.....	774
17.3.1.1	Reserva do possível e a efetividade das normas constitucionais programáticas	777
17.3.2	Inexistência de recursos ou uma questão de alocação	780
17.3.3	O mínimo existencial e a atuação do Poder Judiciário.....	783

17.3.3.1	Mínimo existencial	783
17.3.3.2	A atuação do Poder Judiciário com vistas a efetivar a observância dos direitos fundamentais sociais	785
18.	DIREITO DE NACIONALIDADE	789
18.1	Conceito	789
18.2	Aquisição da nacionalidade primária e secundária	790
18.3	Perda da nacionalidade brasileira	791
19.	DIREITOS POLÍTICOS	793
19.1	Democracia indireta ou representativa	794
19.2	Voto: direito ou dever?	796
19.3	Voto direto e indireto	802
20.	PARTIDOS POLÍTICOS	803
20.1	Partidos políticos no Brasil	804
20.2	Os partidos políticos na atualidade brasileira – Natureza jurídica	805
20.3	Financiamento dos partidos políticos	806
20.4	Fidelidade partidária	807
21.	CONTROLE DA CONSTITUCIONALIDADE	811
21.1	Noção e supremacia constitucional	812
21.1.1	Supremacia da Constituição	812
21.1.2	Noção de inconstitucionalidade	813
21.1.2.1	Inconstitucionalidade material e formal	814
21.1.2.2	Inconstitucionalidade originária e superveniente	814
21.2	Métodos de controle da constitucionalidade das leis ou atos normativos no Estado brasileiro	815
21.3	Via da defesa	817
21.3.1	Introdução, histórico e finalidade	817
21.3.2	Efeitos da Inconstitucionalidade na via de defesa	821
21.3.3	A possibilidade do controle difuso em sede de ação civil pública	825
21.3.4	A via de defesa e o incidente de inconstitucionalidade	828
21.4	Recurso extraordinário	831
21.4.1	Origem	831
21.4.2	Importância	831
21.4.3	Características e pressupostos	834
21.4.4	Prequestionamento	835

21.4.5	Fundamentos para interposição	838
21.5	Recurso extraordinário e repercussão geral	844
21.5.1	A decisão de inconstitucionalidade na via de defesa e o Senado Federal ...	844
21.5.2	Súmula vinculante	851
21.6	Via de ação direta	854
21.6.1	Introdução, histórico e finalidade	854
21.6.2	Controle por via de ação direta	855
21.6.2.1	Áustria	855
21.6.2.2	Alemanha	856
21.6.2.3	Itália	858
21.6.2.4	Brasil	859
21.6.3	Ação direta – Processo objetivo	862
21.6.4	Legitimidade ativa e passiva	864
21.6.5	Medida cautelar	868
21.6.6	Efeitos <i>erga omnes</i> e a coisa julgada	868
21.6.7	Ação direta e o efeito vinculante	872
21.6.7.1	Interpretação conforme a Constituição e declaração de inconstitucionalidade sem redução de texto	877
21.6.8	Efeitos da ação direta de inconstitucionalidade	882
21.6.9	Ação direta de inconstitucionalidade e o Senado Federal	885
21.6.10	Eficácia temporal da decisão na via de ação direta de inconstitucionalidade	891
21.6.11	Participação do <i>amicus curie</i>	907
21.6.11.1	Quem pode assumir a condição de <i>amicus curie</i> ?	909
21.7	A ação declaratória de constitucionalidade	911
21.7.1	Introdução	911
21.7.2	Conceito de ação	912
21.7.3	Direito processual constitucional	915
21.7.4	Ação declaratória	917
21.7.5	Constitucionalidade da ação declaratória de constitucionalidade	918
21.7.6	Universo da ação declaratória de constitucionalidade	921
21.7.7	Efeitos da ação declaratória de constitucionalidade	922
21.8	A inconstitucionalidade e a Federação brasileira. A inconstitucionalidade das leis municipais	928
21.9	Inconstitucionalidade da lei municipal	929
21.9.1	O controle da constitucionalidade em relação às leis ou atos normativos municipais	930
21.9.2	Controle abstrato da constitucionalidade	932
21.10	Inconstitucionalidade por omissão	939

21.10.1	Noção.....	939
21.10.2	As omissões inconstitucionais.....	941
21.10.3	Omissões absolutas e omissões relativas.....	945
21.10.4	Sentido da inconstitucionalidade por omissão.....	946
21.10.5	Quando se caracteriza a omissão inconstitucional	947
21.10.6	Características da inconstitucionalidade por omissão no sistema constitucional brasileiro	948
21.10.7	Efeitos da inconstitucionalidade por omissão	950
21.11	Arguição de descumprimento de preceito fundamental.....	953
21.11.1	Introdução.....	953
21.11.2	Preceitos fundamentais	957
21.11.3	Objeto e finalidade.....	962
21.11.3.1	Objeto	962
21.11.3.2	Atos comissivos e omissivos	963
21.11.4	Caráter da arguição	966
21.11.5	Atos do Poder Público Municipal	970
21.11.6	Atos normativos secundários: regulamentos.....	972
21.11.7	Políticas públicas.....	974
21.11.8	Arguição incidental.....	977
21.11.8.1	Atos normativos anteriores à Constituição	983
21.11.8.2	Efeitos da decisão na arguição de descumprimento de preceito fundamental	987
21.11.8.2.1	Efeito vinculante	987
21.11.8.2.2	Alcance dos efeitos da declaração de descumprimento de preceito fundamental.....	992
21.11.8.2.3	Linguagem jurídica – Conceitos jurídicos indeterminados	996
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	1003